

O Programa Nacional de Alimentação Escolar como política de desenvolvimento local e de geração de renda aos agricultores familiares e Combinado-TO

The National School Feeding Program as a Policy for local development and income generation for family farmers in Combinado-TO

DOI 10.5281/zenodo.14941766

142

Kélita Crisóstomo Dos Santos¹
Josélia Batista Dias de Souza²
Manoel Soares de Aragão³

Resumo: O presente trabalho é resultado da pesquisa realizada no município de Combinado, localizado no interior do estado do Tocantins, a qual foi desenvolvida com o objetivo de investigar como o Programa Nacional de Alimentação Escolar vem contribuindo para o desenvolvimento e geração de renda aos agricultores familiares que atuam no âmbito do município. Para tanto, a metodologia adotada para a execução da pesquisa foi, em primeiro momento, a revisão de literatura e posteriormente, uma pesquisa de opinião por meio de questões semiestruturadas desenvolvidas com os agricultores. Os resultados da pesquisa evidenciaram que os produtores beneficiados encontram no programa um instrumento de incentivo a continuidade de sua produção, embora o valor recebido não seja tão alto, haja vista a extensão da cidade, a quantidade de escolas e a quantidade de produtores inseridos no programa. Ao levar em consideração que o PNAE é um instrumento de grande valia para o incentivo a agricultura familiar a nível nacional, identificou-se que o cumprimento da Lei nº

¹ Graduada em Tecnologia em Agroecologia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: kelitacrisostomos009@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6632-1739>

² Mestra em Gestão Organizacional, Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e Mestra em Gestão e Auditoria Ambiental, Universidad Internacional Iberoamericana (UNIB). Administradora, Servidora Municipal (âmbito do SUS). Atuou como Docente Substituta na Universidade Estadual de Goiás na área de administração. E-mail: joseliabd@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3976-7343>

³ Docente Titular e Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia da Universidade Estadual de Goiás. Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção - PY e Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Campos Belos-GO, Brasil. E-mail: aragao132015@gmail.com - Orcid: 0009-0005-8733-9211

Recebido em 18/11/2024
Aprovado em: 25/02/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



11.947, de 16 de junho de 2009 e a identificação de como esta política encontra-se inserida na área de educação e agricultura se insere no que tange ao contexto de desenvolvimento da economia local e na forma com que atuam os agricultores familiares da localidade selecionada.

Palavras-chave: Agricultura. Agroecologia. Educação. Segurança Alimentar.

Abstract: The present work is the result of research carried out in the municipality of Combinado, located in the interior of the state of Tocantins, which was developed with the objective of investigating how the National School Feeding Program has been contributing to the development and generation of income for family farmers. that operate within the municipality. Therefore, the methodology adopted for the execution of the research was, at first, a review of literature and subsequently, a research of opinion by means of semi-structured quests developed with farmers. The results of the research showed that the benefited producers find in the program an instrument to encourage the continuity of their production, although the amount received is not so high, given the size of the city, the number of schools and the number of producers included in the program. When taking into account that the PNAE is an instrument of great value for encouraging family farming at the national level, it was identified that compliance with Law No. inserted in the area of education and agriculture is inserted in the context of development of the local economy and in the way in which the family farmers of the selected locality act.

Keywords: Agriculture. Agroecology. Education. Food Safety.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como temática principal o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. De modo que o tema em pauta é abordado com a seguinte delimitação: “O Programa de Alimentação Escolar como política de desenvolvimento local e de geração de renda através do apoio aos agricultores familiares de Combinado-TO”.

Cumprе salientar que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política nacional criada em 1955, sob o nome de Campanha de Merenda Escolar (CME), e tem como objetivo garantir a redução da desnutrição escolar e a melhoria dos hábitos alimentares de crianças e adolescentes da Rede Pública de Educação, bem como incentivar a agricultura familiar nacional.

Ao longo do desenvolvimento do programa observou-se uma série de aspectos que merecem atenção no que diz respeito a sua execução e funcionamento, pois existem elementos concernentes à realidade e às condições de cada município que são responsáveis por influenciar diretamente na chegada dos recursos aos agricultores familiares, dentre eles a articulação de compra feita pelos funcionários da prefeitura.

Cabe então investigar e identificar qual a dinâmica de execução do programa no município de Combinado-TO, portanto, esta pesquisa tem o problema compreendido na seguinte questão: Como o Programa Nacional de Alimentação Escolar se insere no processo de desenvolvimento e geração de renda aos dos agricultores familiares no município de Combinado-TO?

A este estudo interessa então atingir o objetivo geral de: investigar como o Programa Nacional de Alimentação Escolar vem contribuindo para o desenvolvimento e geração de renda para os agricultores familiares que atuam no âmbito do município de Combinado-TO.

E ainda, os objetivos específicos constituem-se em: Evidenciar os aspectos teóricos do PNAE, da agricultura familiar e da segurança alimentar; Levantar a dinâmica do processo produtivo desempenhado pelos agricultores familiares locais; e Identificar o processo de vendas, de compras e de recebimentos (fluxo de caixa) em torno da comercialização de alimentos efetivada junto ao PNAE pelos agricultores familiares.

Entre os aspectos que justificam a realização desta pesquisa está a importância de se verificar o cumprimento da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (Brasil, 2009) e o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Combinado-TO bem como, esta busca pode contribuir para a identificação de como esta política inserida na área de educação e agricultura se insere no âmbito do desenvolvimento da economia local e na dos agricultores familiares desta localidade selecionada.

Enfim, o presente estudo é formado pelos seguintes tópicos: Introdução; Métodos e técnicas de pesquisa, no qual serão apresentados os métodos e as técnicas de pesquisa aplicadas para a realização deste trabalho; Revisão teórica, constando as informações levantadas na literatura acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar, da Agroecologia no Brasil e a respeito da Segurança Alimentar; Resultados e discussão, constituído por meio de pesquisa de opinião realizada com os produtores rurais; Considerações finais.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Em primeiro instante efetuou-se uma pesquisa bibliográfica a partir de buscas em estudos publicados, a saber: livros, artigos, monografias, dissertações e teses, bem como pesquisa documental em legislação pertinente ao assunto. Já em segundo momento, realizou-se uma pesquisa de opinião que possibilitou a coleta de dados junto a agricultores familiares

participantes do PNAE no município de Combinado/TO. O município de Combinado está localizado no estado de Tocantins, tem uma população estimada em 4.870 habitantes segundo dados do IBGE (2022). Dentre as principais atividades executadas no município estão a agropecuária e a agricultura.

Os agricultores da AF que vivem neste local possuem um estilo de vida simples. A maioria das propriedades está localizada nas proximidades do centro urbano, com isso as famílias comercializam seus produtos para supermercados durante a semana ou aos sábados na feira do produtor que ocorre semanalmente no período da manhã.

Este estudo teve como respondentes 05 agricultores familiares que comercializavam alimentos junto às instituições de ensino a partir do PNAE no município de Combinado/TO. Empregou-se na etapa da pesquisa de opinião um roteiro com questões semiestruturadas, sequenciando-se pela análise de conteúdos dos dados obtidos. Destaca-se que o estudo abrangeu os meses de março a novembro de 2022, período que compreendeu todo o processo de coleta e de análise de dados.

3 REVISÃO TEÓRICA

3.1 O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma das principais políticas públicas brasileiras e seu êxito é responsável por influenciar aspectos como a economia, a segurança alimentar e a diminuição da evasão escolar, e sua criação se orientou principalmente pela busca de um cenário que visava a descentralização dos recursos. Nos moldes do PNAE, a alimentação escolar enquanto política pública é também uma política que abrange a maior categoria produtora de alimentos do país: a agricultura familiar.

Compreendendo-se a importância de reforçar a parte conceitual do tema em pauta é que este tópico é iniciado de modo a trazer o entendimento de que:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. (Brasil, 2022, p. 1).

Com isso, pode-se destacar que o PNAE se caracteriza como uma significativa ferramenta para o combate à fome, bem como para promover o apoio aos produtores rurais de determinada localidade, isso por meio da disponibilização de verba destinada à compra de alimentos para estudantes da educação básica pública.

Reitera-se que o PNAE é considerado a política pública brasileira de maior longevidade (Libermann; Bertolini, 2015) e por essa razão, passou por algumas mudanças significativas em sua configuração, principalmente no que diz respeito à priorização da agricultura familiar como consta no Inciso I do Art. 2º da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, no qual ocorre a primeira menção aos privilégios assegurados a essa forma social:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. (Brasil, 2014, p. 1).

Bem como no Inciso V:

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (Brasil, 2009, p. 1).

De certo modo, entende-se que ao longo da trajetória do PNAE, especialmente se considerados os anos de 2003 a 2010, percebeu-se uma elevação dos recursos investidos pelo Poder Público em favor do financiamento de tal política junto aos produtores rurais, o que pode ser entendido como avanço e incentivo para a permanência de alunos nas escolas e ao mesmo tempo para a sobrevivência de famílias rurais que dimensionam as suas produções para as unidades escolares (Peixinho, 2013).

No que toca aos recursos do PNAE, destaca-se que:

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (Brasil, 2014, p.1).

Portanto, o funcionamento do PNAE se dá por meio dos repasses feitos pela União, destinados à alimentação de crianças, adolescentes e adultos que fazem parte da rede de educação pública básica, sendo um direito de todos os alunos. O valor repassado é determinado

pela quantidade de alunos atendida por cada instituição. Além desse fato, 30% dos alimentos a serem comprados devem ser oriundos da agricultura familiar (Peixinho, 2014).

O programa representa então um instrumento capaz de auxiliar em duas importantes áreas do país: economia e educação. Outro ponto bastante significativo desse conjunto é a garantia de uma alimentação proveniente de produtos saudáveis, produzidos de maneira que não agridam tanto o meio ambiente visando a sustentabilidade.

3.2 Aspectos sobre a agricultura familiar no Brasil

Dentre as áreas diretamente influenciadas pelo PNAE está a fomentação do desenvolvimento da economia local, haja vista que parte do regulamento do programa específica que 30% da renda deve ser destinada a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares, neste sentido, cabe, neste subtópico explorar as características utilizadas para definir a agricultura familiar no país.

Assim, é fundamental o entendimento dos elementos que compõem a agricultura familiar no Brasil, especialmente se for considerado o seu papel na produção de alimentos, na geração de renda aos camponeses ao longo da história e no quanto esta área, enquanto espaço de luta social, contribuiu e vem contribuindo para a transformação da realidade no campo (Rambo; Tarsitano; Laforga, 2016).

No bojo desses aspectos, tem-se que “para definir-se agricultura familiar dois fatores são essenciais: a gestão familiar e a utilização, predominantemente, da mão de obra familiar. Outros fatores podem ser considerados, como, por exemplo, o tamanho dos imóveis, caso do Brasil.” (Brasil, 2016, p. 14).

Mediante isso, no Brasil, nota-se que a agricultura familiar é qualificada e por vezes resumida majoritariamente como sendo uma estrutura de produção que se desenvolve a partir de mão de obra de membros da própria família, entretanto, observa-se que na prática há uma dinamicidade desse aspecto, pois as atividades podem se estender para indivíduos sem vínculo de parentesco, bem como a produção nos imóveis ser ampliada para outras propriedades no meio rural (Martinelli; Martins; Binotto, 2016).

Portanto, sustenta-se que “a agroecologia surge como medida alternativa para os agricultores familiares se desenvolverem e garantirem, assim, o suprimento das necessidades básicas da humanidade e o direito à alimentação saudável, que respeite as relações sociais e o ambiente.” (Martinelli; Martins; Binotto, 2016, p. 3).

Nisto compreende-se que os métodos agroecológicos no âmbito da agricultura familiar possibilitam aos agricultores que não trabalham no agronegócio em larga escala, uma série de ferramentas e bases intelectuais para que na execução das suas atividades cotidianas esses sejam capazes de não só atenderem às demandas individuais, mas também a estabelecerem práticas que sejam mais sustentáveis e que idealizem o bem comum/coletivo. Neste sentido, a agricultura familiar e a agroecologia possuem uma relação direta.

3.3 aspectos sobre segurança alimentar e geração de renda através do PNAE

Como já mencionado, além da geração de renda, o impacto do PNAE também compreende a segurança alimentar, conceito estabelecido para definir as ações realizadas para garantir o direito dos indivíduos de terem acesso a alimentação saudável e na quantidade necessária para sua nutrição.

Em princípio tem-se que na Lei nº 11.346 define que:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006, p. 1).

Assim, percebe-se que a lei de segurança alimentar tem como objetivo regulamentar e possibilitar que todas as pessoas tenham acesso a uma alimentação nutritiva, garantindo deste modo a essas o direito de se alimentarem, bem como tal legislação ajuda a fornecer informações para que os indivíduos compreendam os grupos nutricionais que devem consumir.

Em complemento, obtém-se que “[...] o PNAE fortalece a agricultura familiar através da promoção de segurança alimentar, valoriza os alimentos da região e gera uma nova autonomia aos agricultores que por sua vez, têm a possibilidade de ter uma renda fixa e maior.” (Battisti; Tonezer; Corona, 2019, p. 10).

Dadas às informações extraídas do artigo, observa-se que o PNAE pode ser um diferencial na vida dos agricultores familiares de uma determinada região ao possibilitar que os alimentos produzidos tenham sua venda já garantida, proporcionando deste modo que os mesmos tenham uma renda garantida.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Dinâmica do processo produtivo desempenhado pelos agricultores familiares locais

Com base nas respostas obtidas constatou-se que a produção dos alimentos ocorre durante todo o ano. A maioria dos respondentes escolhe o que será produzido levando em consideração o clima da região e fazendo aproveitamento do fato de que a extensão territorial do município é caracterizada como Região Fitoecológica de Floresta Estacional, o que a torna propícia para o cultivo a curto e longo prazo, e permite o cultivo de alimentos como arroz, banana, cana-de-açúcar, mandioca e milho (Tocantins, 2017). Os produtores apontaram que os principais alimentos por eles produzidos são o milho, abóbora, laranja, alface e mandioca.

Além de realizarem o plantio, 3 dos respondentes também confirmaram trabalhar com o manejo de suínos e aves que são comercializados para mercados e na feira municipal organizada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins. É válido mencionar que no Estado, a agropecuária (Bovinocultura, suinocultura, avicultura, piscicultura) é muito mais abrangente, já a agricultura vem ganhando mais espaço ao decorrer dos últimos anos (BRASIL, 2022), no município de Combinado-TO, também não é diferente.

A entrega nas escolas é realizada semanalmente em dois dias escolhidos pelos diretores das instituições. Atualmente os participantes do programa são cadastrados na prefeitura municipal e fornecem alimentos para duas escolas municipais e três escolas estaduais.

Em relação ao processo de armazenamento, ficou claro que há uma comunicação prévia entre o responsável pelas compras nas escolas e os produtores que fazem a colheita dos produtos solicitados no dia anterior à entrega, essa dinâmica permite que não haja desperdício e a qualidade dos produtos no momento do preparo e consumo.

4.2 Formas de ganhos obtidos pelas famílias por meio das atividades de agricultura familiar

No que concerne à renda obtida do programa pelos agricultores, o valor gira em torno de 500 reais para cada, levando em consideração o fato de que a verba destinada é dividida entre todos os produtores cadastrados no programa.

Com isso, diferentemente de alguns municípios no território brasileiro que até 2017 não haviam realizado uma chamada pública para a adesão ao programa por parte dos agricultores (Ribeiro; Silva, 2018), no município de Combinado-TO, a questão centra-se no fato de que o

valor distribuído é pequeno considerando a quantidade de produtores municipais, bem como, a demanda das escolas que não é tão grande e pode ser suprida por alguns poucos agricultores, contemplando então apenas uma pequena parcela dos produtores.

Nesse sentido é indispensável aos produtores possuírem outras formas de aquisição de renda, dentre as mencionadas pelos respondentes, está a venda direta para os supermercados e outros pequenos comércios da localidade. A compra direta feita pelos comércios ocorre semanalmente às terças e sextas, mas também abrange apenas uma pequena parte dos produtores.

Portanto, é fundamental mencionar que a renda do PNAE voltou a ser distribuída apenas em 2022, com a retomada das aulas presenciais, pois, em decorrência da pandemia do Covid-19 e das aulas em formato remoto, a venda dos alimentos para as escolas tornou-se dispensável, como mostrado no trecho de uma entrevista realizada por Jardim e Pires (2020, p.1): “com as escolas fechadas, a dificuldade da venda dos produtos aumentaram e as vendas destinadas ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) foram reduzidas a zero. PNAE era uma renda de maior confiança que tínhamos, mas com a situação ela acabou”.

De forma mais democrática insere-se a feira municipal, pois essa é difundida entre a maior parte dos produtores municipais e ocorre de duas formas, semanalmente, aos sábados no prédio da feira municipal e quinzenalmente, quando são colocadas tendas no pátio da rodoviária. No município, assim como em todo o Estado, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins representa um instrumento extremamente significativo para a promoção de ações que têm como objetivo gerar renda para os produtores rurais.

Compreende-se, em suma, que os programas de incentivo à agricultura familiar no Brasil têm se mostrado cada vez mais necessários, haja vista a importância sociocultural e econômica da prática. Visando ainda a relevância da discussão acerca da Segurança Alimentar e os fatores que são responsáveis pela evasão escolar no Brasil, o PNAE insere-se de forma eficiente no processo de ser uma ferramenta que objetiva amenizar problemas associados a essas questões.

CONCLUSÃO

Com base em todas as informações obtidas no decorrer do curso da pesquisa, foi possível concluir que o funcionamento do programa no município de Combinado - TO proporciona aos produtores uma oportunidade de terem uma renda extra garantida, sendo assim

um impulsionador para os negócios, contudo, algumas dificuldades para a sua execução puderam ser percebidas como a elaboração de editais e a divulgação de vagas para a adesão ao programa. O desconhecimento do programa por parte de alguns agricultores ficou nítido pelas opiniões dadas pelos respondentes do formulário.

A agricultura familiar no município é uma atividade em constante movimento e expansão e o PNAE, assim como os outros programas a nível estadual e municipal desenvolvidos pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins em conjunto com a prefeitura municipal, auxiliam no crescimento da renda dessas famílias e conseqüentemente no desenvolvimento econômico da cidade.

Considerando que um dos principais impasses do Brasil é a desigualdade social, programas de incentivo e de distribuição de renda representam uma via possível para o desenvolvimento social de grandes e pequenos municípios do país.

Com o intuito de solucionar alguns pontos que foram observados, existem ações que podem ser tomadas para uma execução ainda mais efetiva do programa no município. Em relação às ações que precisam ser tomadas pela prefeitura, entidade responsável por executar o programa na cidade, é indispensável um planejamento que leve em consideração os aspectos inerentes à agricultura familiar, às chamadas e à divulgação de editais. Cabe, no entanto, aos produtores buscarem mais informação, para melhor conhecerem as oportunidades e as políticas que podem beneficiá-los.

REFERÊNCIAS

BATTISTI, Aline Vasconcelo; TONEZER, Cristiane; CORONA, Hieda Maria Pagliosa. A contribuição do PNAE e da agricultura familiar para a segurança alimentar de alunos com necessidades alimentares especiais. In: IV Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento - IV SNPD. Chapecó, **Anais...** 11 e 12 de abril de 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar.** 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm#:~:text=1o% 20Para%20os%20efeitos,Art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm#:~:text=1o%20Para%20os%20efeitos,Art.) Acesso em: 18 de agosto de 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional.** CONSEA. 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar> -e-

nutricional#:~:;text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015,quada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 10 ago 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Caderno de Legislação 2022. Brasília: MEC, 2022. BRASIL. Ministério da Educação. Cartilha Nacional da Alimentação Escolar. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre agricultura familiar** [recurso eletrônico]: dispositivos constitucionais, leis e decretos relacionados à agricultura familiar. Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016, 234p.

IBGE. **Combinado Tocantins**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/combinado/panorama> Acesso em: 18 de ago de 2022.

JARDIM, Giovana; PIRES, Sarah. **Agronegócio tocantinense em tempos de pandemia**. Tocantins Rural. 2020. Disponível em: <http://tocantinsrural.com.br/noticia/agronegocio-tocantinense-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 14 fev. 2023.

LIBERMANN, Angelita Pinto; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, 2015.

MARTINELLI, Gabrielli Carmo; MARTINS, Luiz Cândido; BINOTTO, E. Agroecologia e agricultura familiar a partir de um estudo bibliométrico nas bases de dados nacionais. In: II Seminário de Agroecologia do Rio Grande do Sul, **Anais...16 a 19 de novembro de 2016**.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(4):909-916, 2013.

RAMBO, José Roberto; TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo; LAFORGA, Gilmar. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais**. Alta Floresta, MT, UNEMAT, v.14, n.1, p.86-96, 2016.

RIBEIRO, J. Souza; SILVA, W. S. Compras da Agricultura Familiar para atender ao PNAE no território rural médio Rio das Contas–BA (2015-2017). **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 4, n. 2, p. 82-110, 2018.

SEMINOTTI, Jonas José. O programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**. Rio Grande, v. 3, n. 3 p. 110-127, Set-dez, 2021.

SOUSA, Igor Breno Barbosa de et al. As políticas públicas de segurança alimentar: o PNAE como garantia de fortalecimento da agricultura familiar no município de São Luís – MA. **Ciência Geográfica - Bauru - XXV - Vol. XXV - (4): Janeiro/Dezembro, 2021**.

TOCANTINS. **Perfil Socioeconômico dos municípios - Combinado**. 2017. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/340173>. Acesso em: 10 ago 2022.